

NOTÍCIAS E LEGISLAÇÃO

A nova edição da Revista do TRT-2 já está disponível!

“Crise global do Coronavírus: os impactos da pandemia nas relações de trabalho”, este é o tema da [Edição n. 25](#) da Revista do TRT-2 que acaba de ser lançada.

Publicada semestralmente, a Revista do TRT-2 traz artigos assinados por especialistas e uma seleção de sentenças e acórdãos relacionados ao tema da edição, que expressam a diversidade de questões decididas pelo órgão. A publicação traz ainda um resumo das notícias que foram destaque no período e indicadores institucionais de desempenho.



A partir desta edição, todos os artigos da Revista encontram-se indexados na [Basis TRT2](#), ferramenta de depósito digital do Tribunal. Isso facilita a busca por palavras-chaves e aumenta a visibilidade do conteúdo em motores de busca na internet.

Além disso, como nas edições anteriores, a Revista também pode ser consultada pelo App da Revista do TRT2, disponível para download no google play ou app store.

Confira o texto de apresentação elaborado pela Comissão da Revista:

É com muita satisfação que a Comissão Regimental da Revista do TRT-2 apresenta a edição de nº 25. Iniciada sua elaboração no segundo semestre de 2020, quando as estatísticas fomentavam a esperança de controle da pandemia, apontando para uma reflexão retrospectiva, vem a lume no momento mais álgico da crise sanitária até agora.

Contou com o trabalho e a dedicação da Comissão vinculada a gestão anterior do Tribunal, razão pela qual se destaca as ricas participações das desembargadoras Lilian Gonçalves e Regina Duarte e do desembargador Flávio Villani Macedo.

A Revista busca oferecer aos leitores reflexões aprofundadas sobre alguns dos inúmeros aspectos relacionados à pandemia, em especial as normas excepcionais para o momento de calamidade pública, o trabalho essencial, a atuação dos profissionais e o papel essencial da Justiça do Trabalho para a garantia dos direitos fundamentais no trabalho e a função social da empresa.

Boa leitura!

TRT2

[Ato n. 20/GP, de 19 de março de 2021](#)

Altera o [Ato GP nº 10, de 19 de fevereiro de 2021](#), que dispõe sobre a adesão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região ao "Juízo 100% Digital".

[Portaria n. 16/GP, de 23 de março de 2021](#)

Suspende os prazos judiciais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região na forma que especifica, e dá outras providências.

Outros

[Ato n. 1/CSJT.GVP, de 2021](#)

Institui Comissão Nacional para Análise de Implantação de Plataforma de Conciliação e Mediação na Justiça do Trabalho.

[Lei n. 14.126, de 22 de março de 2021](#)

Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.

TRT2

[Ato n. 19/GP, de 19 de março de 2021](#)

Define a nova estrutura da Secretaria de Saúde, na forma que especifica.

[Ato n. 78/PR \[disponibilizado em 23 de março de 2021\]](#)

Transforma 02 (duas) Funções Comissionadas de Auxiliar Administrativo I (FC-01) em 01 (uma) Função Comissionada de Auxiliar Administrativo III (FC-03).

[Edital \[de remoção\] de 18 de março de 2021](#)

Abertura de concurso de remoção para provimento da cadeira nº 03 na 6ª Turma do TRT da 2ª Região.

[Portaria n. 14/GP, de 19 de março de 2021](#)

Altera a [Portaria GP nº 48, de 09 de agosto de 2019](#) e a [Portaria GP nº 28, de 25 de setembro de 2020](#), para designar novo membro da Comissão de Diversidade e Igualdade, na forma que especifica.

[Portaria n 15/GP, de 19 de março de 2021](#)

Altera a [Portaria GP nº 36, de 04 de novembro de 2020](#), na forma que especifica.

Outros

[Ato n. 5/GCGJT, de 19 de março de 2021](#)

Institui Grupo de Trabalho para desenvolver estudos sobre precatórios e RPVS, no âmbito da Justiça do Trabalho.

[Ato n. 22/CSJT.GP.SG, de 11 de março de 2021](#)

Altera a [Resolução CSJT nº 70, de 24 de setembro de 2010](#), que dispõe, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, sobre: I – O processo de planejamento, execução e fiscalização de obras e de aquisição e locação de imóveis; II – Parâmetros e orientações para contratação de obras e aquisição e locação de imóveis; III – Referenciais de áreas e de custos e diretrizes para elaboração de projetos.

[Ato Conjunto n. 7/CSJT.GP.CGJT, de 19 de março de 2021](#)

Revoga o [Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT Nº 1, de 24 de novembro de 2017](#).

[Portaria n. 91/CNJ, de 19 de março de 2021](#)

Altera a [Portaria nº 160/2020](#), que estabelece o cronograma de saneamento da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud) e regulamenta o acesso público aos dados do DataJud por meio de *Application Programming Interface* (API).

JURISPRUDÊNCIA

TRT2

Empresa de estacionamento não consegue comprovar força maior que justifique o não pagamento de verbas rescisórias durante a pandemia - DeJT 19/03/2021

Assim decidiu a 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em acórdão relatado pelo Juiz Convocado Wilson Ricardo Buquetti Pirottta: "Pandemia do novo coronavírus. Empresa do ramo de estacionamento e guarda de veículos estabelecida em espaço de grande rede de supermercados. Atividade essencial não interrompida por ato do Estado. Força maior e Fato do Príncipe. Não configuração. Títulos rescisórios indiscutivelmente devidos pela empregadora. Conquanto notórias, atingindo amplos segmentos da sociedade, as dificuldades decorrentes da pandemia do novo coronavírus, por si só, dada a peculiaridade do caso concreto, não têm o condão de exonerar a empregadora das obrigações que lhe são próprias (quitação tempestiva das verbas rescisórias), da mesma forma que, a teor das premissas e nuances que exurgem do contexto probatório, não constituem força maior ou fato do príncipe para os efeitos dos artigos 486, 501 e 502 da [CLT](#). Segundo o texto celetista, força maior é todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador, e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente. No caso, à vista do cenário probatório, o alegado desequilíbrio financeiro está certamente ligado a questões de gestão interna, as quais não podem, à míngua de outros elementos persuasivos, ser atribuídas às medidas governamentais de contenção da epidemia do Covid-19. Ademais, a mera alegação de dificuldade financeira não basta para que uma empresa justifique uma rescisão contratual com base no denominado "fato do príncipe", não se revestindo de nenhuma juridicidade a vã tentativa da ex-empregadora no sentido de direcionar a responsabilidade pelo pagamento dos haveres rescisórios à Administração Pública. Assim, o risco do empreendimento é inteiramente arcado pelo empregador e não pode ser repassado de nenhuma forma ao empregado ou ao Poder Público, de modo que a empresa apelante não

pode fugir aos compromissos assumidos. Apelo da primeira corr e ao qual se nega provimento.” (Processo [1000707-75.2020.5.02.0710](#)) (fonte: Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental)

Justiça do Trabalho   competente para julgar a o de cobrança de contribui o sindical devida pelos servidores públicos estatutários ativos - DeJT 22/03/2021

Segundo relata o Desembargador do Trabalho Marcelo Freire Gonçalves em acórdão da 12ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região: “Recurso ordinário. A o de cobrança de contribui o sindical devida pelos servidores públicos estatutários ativos. Competência da justiça do trabalho. Com o advento da [Emenda Constitucional n  45/2004](#) que introduziu o inciso III no art. 114 da [CF](#) a Justiça do Trabalho passou a ser competente para julgar as a es sobre representa o sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores. Com isso, a Justiça do Trabalho passou a atrair a competência para julgar as demandas relativas   cobrança da contribui o sindical devida por trabalhadores a seus sindicatos. A Justiça do Trabalho tem competência para julgar as demandas entre trabalhadores e seus sindicatos, independentemente do tipo de vínculo que o servidor tenha com a Administra o Pública. O entendimento consubstanciado na [Súmula n  222](#) do C.STJ foi formado antes do advento da [Emenda Constitucional n  45/2004](#) que ampliou consideravelmente a competência da Justiça do Trabalho. Por isso, o precedente contido na [Súmula n  222](#) do C.STJ foi superado (*overruling*) conforme atesta a atual jurisprudência daquela Corte Superior. (Processo [1000177-27.2018.5.02.0036](#)) (fonte: Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental)

A o de produ o antecipada de provas não se presta a comprovar direito   justiça gratuita - DeJT 22/03/2021

Essa   a compreensão da 17ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, como relata em acórdão a Desembargadora do Trabalho Ivete Bernardes Vieira de Souza: “A o de produ o antecipada de provas. Indeferimento da petio inicial. A hipótese dos autos sequer se subsume   colheita antecipada de provas, na medida em que a pretensão formulada na inicial pode e deve ser objeto de análise nos próprios autos da reclama o trabalhista em curso, onde a parte poderá se valer de requerimentos destinados a comprovar suas alega es a respeito da inexistência de estado de miserabilidade da requerida para fins de execu o da verba honorária.” (Processo [1001323-14.2020.5.02.0043](#)) (fonte: Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental)

Tumulto praticado durante audiência telepresencial   considerado litigância de má-fé - DeJT 22/03/2021

Conforme entendimento da 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, relatado em acórdão pelo Desembargador do Trabalho Antero Arantes Martins: “Exercício do direito de defesa e litigância de má-fé. Diferencia o. Tumulto intencional praticado durante a audiência telepresencial não reflete mero direito de defesa, mas, sim, abuso no exercício deste direito. O inconformismo com a decisão de não adiar a audiência deve ser combatido pelas vias processuais próprias e não pode justificar a rebeldia e a insurreio com incidentes manifestamente infundados. Tal conduta   tipificada no ordenamento jurídico como litigância de má-fé. A litigância de má-fé ocorre quando a parte abusa no exercício do regular direito de defesa. Condena o mantida.” (Processo [1000514-69.2020.5.02.0319](#)) (fonte: Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental)

Condomínios são obrigados a cumprir a cota de menores aprendizes - DeJT 22/03/2021

Dessa forma relatou o Desembargador do Trabalho Alvaro Alves Noga, em acórdão da 17ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região: “Menores aprendizes. Cota. Condomínio. A matéria atinente   contrata o obrigatória de menores aprendizes encontra-se embasada, precipuamente, no [Decreto 5.598/2005](#) e na [Instruo Normativa SIT n  146/2018](#). O artigo 10 do referido decreto institui, como base de defini o das funes que demandam forma o profissional, a Classifica o Brasileira de Ocupa es (CBO), excluindo-se de tal conceito as funes de qualifica o específica, com habilita o profissional de nível técnico ou superior e as funes de direo e gerência. Já o   4 , do artigo 2 , da Instruo Normativa estabelece expressamente que os condomínios, embora não exerçam atividades econ micas, estão enquadrados no conceito de estabelecimento e são obrigados a contratar aprendizes, uma vez que exercem atividades sociais e contratam empregados pelo regime da [CLT](#).” (Processo [1001609-34.2019.5.02.0202](#)) (fonte: Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental)

Em um ano de pandemia, Justiça do Trabalho destinou mais de R\$ 225 milhões ao combate da covid-19 - 19/03/2021

No dia 19 de março, faz um ano desde que a Justiça do Trabalho suspendeu as atividades presenciais, com exceção dos serviços essenciais. A medida, prevista no Ato CSJT.GP.VP e CGJT 1/2020, foi tomada em caráter de emergência para a prevenção da disseminação do coronavírus. Apesar de trabalhar de forma predominantemente remota, a Justiça do Trabalho conseguiu atender a sociedade com a continuidade dos julgamentos e sem interromper os serviços oferecidos. Além disso, ainda destinou recursos da ordem de R\$ 225 milhões ao combate da covid-19.

Transferência de quatro anos é considerada definitiva e exime banco do pagamento de adicional - 19/03/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da condenação imposta ao Banco do Brasil S.A. o pagamento do adicional de transferência a um bancário que ficou quatro anos no local da última mudança. A decisão da Turma seguiu o entendimento do Tribunal, que considera indevida a parcela quando a permanência do empregado em outra localidade se der por período superior ou igual a três anos. ([RR-975-92.2016.5.07.0017](#))

Condomínio residencial é condenado por pressionar médica a mudar atestado de faxineira - 19/03/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Condomínio Edifício Itamaraty, de São Caetano do Sul (SP), a indenizar uma faxineira, por ter pressionado a médica do trabalho a alterar seu parecer com o objetivo de impossibilitá-la de retornar ao trabalho após problemas de saúde. Para a Turma, a conduta do empregador ofendeu a boa-fé e caracterizou ato ilícito. ([RR-1001168-95.2014.5.02.0471](#))

Mantida condenação de bancário que tentou executar valores já recebidos - 22/03/2021

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um empregado do Banco do Brasil S. A. que pretendia anular sua condenação ao pagamento de R\$ 10 mil por litigância de má-fé. O bancário foi condenado por tentar executar valores já recebidos, com a nítida intenção de enriquecimento indevido. ([ROT-101243-08.2018.5.01.0000](#))

Técnico em comunicação social dos Correios obtém direito a jornada especial de jornalista - 22/03/2021

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a agravo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) contra decisão que reconheceu o direito de um de seus empregados à jornada especial de cinco horas diárias prevista no artigo 303 da CLT para os jornalistas profissionais. Conforme comprovado em ficha cadastral, ele havia sido aprovado em concurso público para o cargo de "Analista de Correios Jr. - especialidade Técnico em Comunicação Social - Área de Jornalismo", com jornada prevista de 44 horas semanais. ([Ag-AIRR-24719-78.2016.5.24.0006](#))

Administradora consegue anular advertência por remarcar férias sem falar com chefia - 22/03/2021

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho afastou a pena de advertência aplicada a uma administradora da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) por ter remarcado suas férias no sistema informatizado da empresa sem conversar previamente com a chefia.

Multa por atraso na quitação de verbas rescisórias é incabível em caso de morte do empregado - 23/03/2021

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a aplicação da multa por atraso na quitação das verbas rescisórias em razão da extinção do contrato de trabalho de um técnico de laboratório da Universidade de São Paulo (USP) decorrente do seu falecimento. Segundo o colegiado, a lei não estabelece prazo para o pagamento dos valores não recebidos em vida pelo empregado a seus dependentes. ([RR-10923-30.2017.5.15.0137](#))

Bancária tem direito a benefícios do PDV implantado no curso do aviso prévio indenizado - 23/03/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Banco Bradesco S.A. a pagar a uma empregada dispensada sem justa causa os benefícios do plano de demissão voluntária especial (PDVE) implantado no curso do seu aviso prévio. Segundo os ministros, o aviso prévio integra o contrato de trabalho para todos os efeitos e, portanto, abarca a implantação do plano. ([RR-1001896-98.2017.5.02.0385](#))

Jogador de basquete dispensado antes do término do contrato receberá todos os salários - 23/03/2021

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Associação Cultural Beneficente Desportiva Rio Claro a pagar a um jogador de basquete dispensado a cláusula

compensatória correspondente aos salários a que ele teria direito até o término do contrato por prazo determinado vigente na época da rescisão. Apesar de não ter havido registro da relação de emprego na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a Justiça reconheceu o vínculo e o direito à aplicação da cláusula. ([RRAg-10362-62.2018.5.15.0010](#))

Empresa indenizará família de motorista vítima de latrocínio quando falava ao celular - 24/03/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a TNS Transportes & Logística Ltda., de Jaboatão dos Guarapes (PE), a pagar indenização de R\$ 150 mil pela morte de um motorista vítima de latrocínio (roubo seguido de morte) cometido na entrega de carga. O assalto ocorreu quando ele se afastou do veículo para falar ao celular, único objeto roubado. Para o colegiado, o fato de a carga não ser a intenção dos criminosos não afasta a responsabilidade da empresa, por se tratar de atividade de risco. ([RR-1110-07.2017.5.06.0144](#))

Ex-gerente terá de ressarcir valores pagos por cervejaria a vítimas de assédio - 24/03/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou apelo de um ex-gerente de vendas da Cervejaria Petrópolis de Pernambuco Ltda., que pretendia rediscutir, no TST, decisão que o condenou a ressarcir os valores pagos pela empresa a subordinados vítimas de assédio vítimas de assédio moral praticado por ele. A condenação é decorrente de uma ação de regresso, que visa obrigar o efetivo responsável pelo dano à reparação da importância despendida. ([AIRR-619-50.2018.5.06.0019](#))

Empresa de cruzeiros marítimos é condenada por exigir teste de HIV para admissão de camareira - 24/03/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Pullmantur S.A., operadora de navios de cruzeiro, a pagar R\$ 10 mil de indenização a uma camareira de São Bento do Sul (SC) submetida à realização de teste de HIV para poder ser admitida. A exigência como requisito para admissão no emprego constituiu, segundo o colegiado, conduta discriminatória e violou a intimidade e a privacidade da trabalhadora. ([RR-248-91.2016.5.09.0013](#))

Bancária não pode propor ação individual para receber valores reconhecidos em ação coletiva - 25/03/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho extinguiu a ação de execução proposta por uma bancária do Itaú Unibanco S.A. a fim de receber valores reconhecidos em ação coletiva ajuizada pelo sindicato da categoria. Segundo a Turma, ela não estava na lista dos empregados substituídos pelo sindicato e, portanto, não está contemplada na decisão. ([RR-10380-52.2019.5.03.0020](#))

Rede de lanchonetes deve indenizar atendente por tratamento humilhante durante gravidez de risco - 25/03/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a rede de lanchonetes Burger King (BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.) ao pagamento de reparação a uma atendente de loja de São João de Meriti (RJ) por tratamento degradante durante gestação de risco. Além da indenização, a decisão afastou a demissão por justa causa por faltas injustificadas. ([RR-101526-09.2016.5.01.0321](#))

e-Clipping

STF

Plenário rejeita trâmite de ADI ajuizada por central sindical - 19/03/2021

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) não conheceu (rejeitou a tramitação) da Ação Direta de Inconstitucionalidade ([ADI](#)) 5306, ajuizada pela Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) contra a [Lei Complementar estadual 502/2013](#) de Mato Grosso, que disciplinou o adicional de insalubridade no âmbito do Poder Executivo do estado. A decisão se deu na sessão virtual finalizada em 12/3.

STF invalida gratificação a fiscais de Renda de SP afastados para exercício de mandato eletivo - 19/03/2021

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o pagamento da gratificação "pro labore" aos agentes fiscais de Renda do Estado de São Paulo quando estiverem afastados de suas funções para o exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal. Em decisão unânime, na sessão virtual encerrada em 12/3, o colegiado julgou parcialmente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade ([ADI](#)) 5220.

Transexuais e travestis com identificação com gênero feminino poderão optar por

cumprir pena em presídio feminino ou masculino, decide Barroso - 22/03/2021

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta sexta-feira (19) que presas transexuais e travestis com identidade de gênero feminino possam optar por cumprir penas em estabelecimento prisional feminino ou masculino. Nesse último caso, elas devem ser mantidas em área reservada, como garantia de segurança. Barroso ajustou os termos de medida cautelar deferida em junho de 2019, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ([ADPF](#)) [527](#).

Redução no valor do auxílio emergencial é contestada pelo PCdoB - 22/03/2021

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade ([ADI 6768](#)) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a [Emenda Constitucional 109/2021](#), que fixou limite de R\$ 44 bilhões para despesas com o auxílio emergencial a ser pago este ano para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19. O partido também questiona a [Medida Provisória 1.039/2021](#), que estabeleceu valores menores para o benefício, que variam de R\$ 150 a R\$ 375, e pede que sejam iguais aos pagos em 2020 (R\$ 600, nos termos da [Lei 13.982/2020](#)).

PGR questiona limite etário para ingresso na magistratura do Estado do Espírito Santo - 23/03/2021

O procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade ([ADI 6741](#)), no Supremo Tribunal Federal, contra dispositivo da [Lei Complementar estadual 234/2002](#) do Espírito Santo que impôs limite etário (entre 25 e 50 anos de idade) para ingresso na magistratura do estado. A ação foi distribuída ao ministro Luís Roberto Barroso.

STF mantém reintegração de funcionários da ECT dispensados após aposentadoria voluntária - 23/03/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que determinou à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a reintegração de funcionários dispensados após a aposentadoria voluntária. Por maioria de votos, na sessão virtual encerrada em 12/3, o colegiado negou provimento ao Recurso Extraordinário ([RE](#)) [655283](#), interposto pela União e pela ECT. A tese de repercussão geral será definida posteriormente.

Concessão de foro por prerrogativa de função a delegado-geral da Polícia Civil é inconstitucional - 24/03/2021

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais dispositivos das Constituições dos Estados de São Paulo e do Pará que concediam foro por prerrogativa de função no Tribunal de Justiça estadual ao delegado-geral da Polícia Civil nos casos de infrações penais comuns e crimes de responsabilidade. As regras foram impugnadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade ([ADIs](#)) [5591](#) (SP) e [ADI 3294](#) (PA), julgadas na sessão virtual concluída em 19/3.

STJ

Fraude pode gerar indenização de danos morais em favor do INSS, decide Segunda Turma - 19/03/2021

A pessoa jurídica de direito público pode pleitear indenização por danos morais relacionados à violação de sua honra ou imagem, nas hipóteses em que a credibilidade institucional for fortemente agredida e o dano reflexo sobre a sociedade for evidente. O entendimento foi fixado pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao considerar viável pedido de reparação por danos morais ajuizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra pessoas envolvidas no "caso Jorgina de Freitas" – esquema de fraude que teria causado à autarquia prejuízos superiores a US\$ 20 milhões na década de 1990. ([REsp](#)) [1722423](#))

Terceira Seção declara ilegal greve dos servidores do DNIT em 2008 e fixa indenização em R\$ 100 mil - 22/03/2021

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu pedido do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para declarar ilegal o movimento grevista realizado pelos seus servidores em 2008. Como consequência, o colegiado autorizou o desconto ou a compensação dos dias parados e fixou em R\$ 100 mil a indenização a ser paga pela Confederação Brasileira dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef). ([Pet](#)) [6839](#))

Balcão Virtual atende advogados e público em geral por videoconferência - 25/03/2021

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) lançou, na quinta-feira (25), o Balcão Virtual, uma plataforma on-line que permite a interação do tribunal com o público, em tempo real, para a prestação de informações e a solução de dúvidas sobre os seus diversos serviços e sistemas.

CNJ

Compromisso com cidadão marca um ano da pandemia no Judiciário - 19/03/2021

Reforçar o combate à pandemia, garantir a continuidade dos serviços da justiça e confiar na capacidade do país em superar uma grave crise de saúde pública. São essas as mensagens que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) transmite no momento em que se completou, na sexta-feira (19/3), um ano de uma mobilização inédita do Judiciário no enfrentamento ao novo coronavírus e que coincide com o agravamento da transmissão pela Covid-19.

Parceria monitora e avalia cotas para pessoas negras no Judiciário - 25/03/2021

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Faculdade Zumbi dos Palmares reforçaram a parceria, na terça-feira (23/3), para a realização de estudos e pesquisas que permitam avaliar a implantação das cotas raciais no Judiciário. A ampliação da cooperação técnica, firmada em novembro, permite que a Faculdade atue também para identificar o cumprimento da recente decisão do CNJ de implantar políticas afirmativas nos concursos públicos para cartórios.

Combate à pandemia é debatido pelo Observatório dos Direitos Humanos - 25/03/2021

Os reflexos da pandemia da Covid-19 no Brasil estiveram no centro dos debates do terceiro encontro do Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário, realizado na terça-feira (23/3). O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux, destacou os resultados ações propostas pelo colegiado para minimizar os impactos causados pela disseminação do novo coronavírus, principalmente entre as pessoas mais vulneráveis.

CJF

CJF suspende prestação presencial de serviços não essenciais - 19/03/2021

O Presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF), Ministro Humberto Martins, determinou a suspensão da prestação presencial de serviços não essenciais no CJF até 30 de março. A medida foi tomada diante do "agravamento das condições epidemiológicas relacionadas à pandemia da Covid-19". A suspensão consta da Portaria n. 127/2021, publicada nesta sexta-feira (19/3).

CJF libera R\$1,3 bilhão em RPVs - 22/03/2021

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou aos Tribunais Regionais Federais (TRFs) os limites financeiros no valor de R\$1.302.025.343,48 relativos ao pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), autuadas em fevereiro de 2021, para um total de 111.353 processos, com 131.672 beneficiários.

Representantes do CJF e da Justiça Federal discutem estágio de implementação da LGPD - 23/03/2021

Representantes do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal reuniram-se, no último dia 2 de março, para avaliar o estágio de implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ([LGPD](#)) e estabelecer ações conjuntas entre o Conselho, Corregedoria-Geral da Justiça Federal e Tribunais Regionais Federais (TRFs). Segundo o coordenador do encontro, Secretário-Geral do CJF, Juiz Federal Marcio Freitas, o objetivo da reunião foi abrir espaço para a troca de ideias e convergir ações, destacando os desafios colocados para cumprir as determinações da nova norma e as orientações emitidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em evento no Conselho Nacional de Justiça, STJ adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância - 23/03/2021

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), Ministro Humberto Martins, assinou na terça-feira (23/3) a adesão da Corte ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e diversas entidades que compõem a rede de atenção à primeira infância.

Enunciados aprovados pelas Jornadas de Direito do CEJ podem ser consultados no Portal do Conselho - 25/03/2021

O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) informa que os enunciados aprovados nas Jornadas de Direito realizadas pelo CEJ estão atualizados e disponíveis para consulta no [Portal do Conselho](#). São mais de mil enunciados que servem como referência para a elaboração de decisões, peças processuais, estudos e publicações sobre diversos temas da área do Direito.

Trabalho e Previdência

INSS alerta para golpe em ligações para que aposentados façam a prova de vida online - 22/03/2021

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) informa tratar-se de golpe as recentes ligações

para que aposentados façam a prova de vida on-line, por causa da pandemia da Covid-19. Na ligação, os golpistas citam todos os dados pessoais do aposentado e enviam uma mensagem, por WhatsApp, pedindo-lhe que envie uma foto de um documento para finalizar o processo. O INSS alerta a quem receber esse tipo de chamada que simplesmente desligue o telefone e não forneça qualquer tipo de informação, pois o Instituto não faz contato telefônico para procedimento de prova de vida.

Medida Provisória regulamenta o pagamento do Auxílio Emergencial - 22/03/2021

Foi publicada, na sexta-feira (19/3), a [Medida Provisória nº 1.039](#), que regulamenta o pagamento do Auxílio Emergencial em 2021. De acordo com a MP, o auxílio será de R\$ 250 em quatro parcelas mensais, limitado a um beneficiário por família. O pagamento será feito pelos mesmos meios e mecanismos utilizados para o pagamento do auxílio emergencial de 2020, e pode ser realizado por meio de conta do tipo poupança social digital, aberta em nome do beneficiário.

Prorrogação do salário-maternidade é regulamentada - 24/03/2021

A [Portaria Conjunta nº 28](#) informa o cumprimento de decisão cautelar na [ADIN nº 6.327](#), do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a prorrogação do benefício de salário-maternidade quando houver complicações médicas relacionadas ao parto e necessidade de internação hospitalar da segurada ou do recém-nascido. A medida visa resguardar a convivência entre mãe e filho, devendo ser aplicada aos requerimentos de salário-maternidade com fato gerador a partir de 13 de março de 2020, ainda que o requerimento de prorrogação seja feito após a alta da internação.

Benefícios de até um salário mínimo não serão computados como cálculo da renda para concessão do Benefício de Prestação Continuada - 24/03/2021

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicou, no Diário Oficial da União de quarta-feira (24/3), a [Portaria nº 1.282](#), que estabelece que não será computado para o cálculo da renda per capita familiar o benefício previdenciário de até um salário mínimo ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC) concedido a idoso, acima de 65 anos de idade, ou à pessoa com deficiência, para a concessão do BPC. Os sistemas de benefícios do INSS já estão adequados para o cumprimento da regra.

MPT

MPT solicita providencias para que sentença judicial seja cumprida e Hospital Irmã Dulce adote medidas de segurança, saúde e proteção ao coronavirus - 19/03/2021

O Ministério Público do Trabalho em Santos, representado pelo procurador do Trabalho Rodrigo Lestrade Pedroso, encaminhou em 17/3, ao juiz da 2ª Vara do Trabalho de Praia Grande, requerimento para que a decisão judicial de janeiro de 2021 a respeito de adoção de medidas de saúde, segurança e prevenção ao contágio do coronavírus entre os profissionais que trabalham no Hospital Irmã Dulce, seja cumprida imediatamente pelo Município de Praia Grande e a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), responsável pela administração do hospital.

O **INFORMATIVO TRT2** é elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental, com periodicidade quinzenal. Para recebê-lo por e-mail, cadastre-se no serviço [JurisMail](#). Para deixar de receber essa publicação basta excluir seu e-mail em [alteração de cadastro](#). Conheça também o **INFORME EXECUÇÃO TRT2**, que mensalmente reúne soma de decisões deste Regional sobre temas relacionados à execução trabalhista e sinopse de notícias e normas relevantes à matéria.

Nossas publicações:



INFORMATIVO TRT2

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª Região
Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental
Edifício Sede - Rua da Consolação nº 1272, 2º andar, Centro
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
PABX (11) 3150-2000. Ramais 2314, 2828, 2359 e 2826